

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 08.08.2023

***Bullying* no trabalho**

Nos últimos meses, o caso suspeito de *bullying* no trabalho numa empresa de *self-media* de Macau tornou-se viral na internet, despertando elevada atenção da sociedade.

A discussão sobre o *bullying* concentrava-se normalmente nas escolas, mas a verdade é que o problema também tem causado danos significativos no local de trabalho. Segundo um inquérito divulgado no ano passado, realizado por uma instituição de Taiwan, 70% dos entrevistados foram vítimas de *bullying* no trabalho, e 50% deles não o denunciaram. Em Hong Kong, algumas associações realizaram, em 2020 e 2021, inquéritos aos enfermeiros dos hospitais públicos e professores, e os resultados mostram que 80% dos enfermeiros entrevistados foram vítimas de *bullying* nos seis meses anteriores, mas só 13% recorreram a apoios e aconselhamento, e 20% denunciaram ao superior hierárquico ou ao sindicato. Cerca de metade dos professores inquiridos foram vítimas de *bullying* no trabalho, nos seis meses anteriores, e a maior frequência foi “quase todos os dias”.

Devido à epidemia dos últimos anos, mudar de emprego não é fácil. Quando, infelizmente, as pessoas se deparam com *bullying* no trabalho, muitas vezes ocultam e não denunciam a situação, porque precisam de sustentar a família. Com o passar do tempo, os traumas psicológicos ficam mais difíceis de curar, e podem originar depressões, ansiedade, problemas de convívio social, etc., e quando os ânimos se exaltam, podem facilmente causar tragédias, como ofensas físicas, suicídios, etc.

Em Taiwan, as normas sobre *bullying* no trabalho estão previstas em diferentes diplomas e, consoante o caso, a vítima pode pedir a responsabilização penal do agressor e ainda uma indemnização, e apresentar queixa para garantir os seus direitos laborais. Em Hong Kong, apesar de não haver legislação, as pessoas que necessitam de apoio podem apresentar queixa à Comissão para a Igualdade de Oportunidades ou ao Departamento do Trabalho.

Segundo alguns residentes, as informações sobre os pedidos de apoio ao *bullying* no trabalho não são claras e são poucas as vias para apresentação de queixas; é difícil prevenir e controlar este tipo de *bullying*, pois não é fácil a sua determinação, uma vez que estão envolvidos sentimentos subjectivos, motivação e circunstâncias, e a apresentação de provas é difícil; além disso, têm dúvidas sobre conseguirem tratamento justo, nos termos legais, e sobre a forma de impugnar legalmente. Há também quem entenda que, nos termos do artigo 70.º da Lei laboral, se um trabalhador for vítima de *bullying* e pedir a demissão com justa causa, a indemnização é muito reduzida, por isso, muitas vítimas preferem ficar caladas e tolerar a situação.

Sugiro então o seguinte: as autoridades devem tomar como referência a prática das regiões vizinhas, e criar um serviço especializado, ou apoiar uma terceira entidade independente, por exemplo, sindicatos ou organizações laborais, para a prestação de apoio jurídico, psicológico e até físico aos trabalhadores que dele necessitem; devem emitir instruções e manuais práticos para a prevenção do *bullying* no trabalho, para elevar a consciência dos patrões e dirigentes, como os da gestão de pessoal, para cumprirem as suas responsabilidades e assegurarem um ambiente de trabalho seguro e saudável; e devem ainda reforçar a sensibilização e educação sobre o *bullying* no trabalho, aperfeiçoar constantemente os diplomas legais, e regulamentar, de forma clara, os actos de *bullying* no trabalho. Apelo aqui às empresas para elaborarem regulamentos internos, tratarem com rigor os casos de *bullying* no trabalho, e preparem os planos de emergência e mecanismos de resposta, com vista a criar uma cultura de respeito mútuo no trabalho e a promover a harmonia no trabalho.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 08.08.2023

Elevar o nível da coordenação das obras viárias e os trabalhos de divulgação

As obras viárias têm sido desde sempre alvo da atenção da sociedade, especialmente durante as férias de Verão e nos períodos de pico, com muitas obras localizadas nas vias mais movimentadas, nomeadamente nas zonas de San Kio, Praia do Manduco e Rotunda da Piscina Olímpica, que são as mais afectadas e onde os engarrafamentos são mais graves. Segundo alguns residentes, falta clareza nas indicações sobre a alteração dos itinerários dos autocarros, várias paragens encerram, o que os obriga a deslocar-se até mais longe, a pé, para apanhar autocarro e dificulta as deslocações, e alguns condutores desconhecem os condicionamentos provisórios do trânsito, e até conduzem em sentido contrário, ao que se junta a redução significativa dos lugares de estacionamento nas vias públicas. Além disso, as obras viárias acarretam inconveniências para os comerciantes e para a carga e descarga de mercadorias.

A conclusão de várias obras está prevista para as férias de Verão, por isso, espera-se que o Governo mantenha a fiscalização, para garantir a qualidade das obras e o cumprimento dos prazos, reduzindo-se, assim, o impacto para o trânsito. Sugere-se aos serviços competentes e às duas empresas de autocarros que, em conjunto, definam um bom plano para assegurar a fluidez e a segurança do trânsito no início do novo ano lectivo.

Segundo consta, nos últimos anos, o Governo tem elevado a eficiência da coordenação e está a estudar a criação de uma plataforma centralizada sobre as obras viárias, para a apresentação de pedidos de medidas provisórias de trânsito e licença para abertura de valas nas vias públicas, para se estar a par da situação e otimizar a respectiva gestão. Espero que se acelere a construção desta plataforma, para, a longo prazo, tornar possível acompanhar de perto os dados das canalizações subterrâneas e das obras viárias, e através da introdução da inteligência artificial e tecnologias de ponta, otimizar a gestão, coordenação e eficácia, e evitar situações de repetição de escavações.

Em segundo lugar, quanto às medidas de desvio do trânsito, sugiro ao Governo que reforce o planeamento e a divulgação, promova o trânsito inteligente, faça uso dos instrumentos informáticos e inteligentes para simular o respectivo impacto destas medidas, e só as implemente após experiência e optimização. Há que garantir a triagem do trânsito em tempo real e a devida sinalização, para minimizar o impacto para os peões e condutores. Há que, sem afectar a execução das obras, estudar a reserva de zonas de carga e descarga de mercadorias e de estacionamento temporário, e reforçar a divulgação *online* e *offline*, para informar os moradores com antecedência.

A aplicação “Macao Smart Go”, dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, abrange várias funções e um vasto leque de assuntos, e permite ver a situação das ruas em tempo real, só que não assinala bem os locais das obras nem os desvios. Proponho ao Governo que optimize as funções e reforce quer o conteúdo quer a divulgação entre residentes e turistas, para peões e condutores poderem ter pleno acesso às informações sobre o trânsito.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 08.08.2023

Plano de desenvolvimento da diversificação adequada da economia

A promoção da diversificação adequada e do desenvolvimento sustentável da economia de Macau é o único caminho para resolver os conflitos profundos encontrados no processo de desenvolvimento de Macau, e assegurar a prosperidade e a estabilidade a longo prazo da RAEM. Há dias, o Governo lançou o documento de consulta sobre o “Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia da Região Administrativa Especial de Macau (2024-2028)”, que é o primeiro plano abrangente para o desenvolvimento industrial de Macau. O documento apresenta os principais indicadores das indústrias da estratégia “1 + 4” até 2028, e nele se vê o esforço para que, no futuro, as indústrias não relacionadas com o jogo representem cerca de 60 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), traçando um caminho mais claro e demonstrando a determinação activa do Governo no desenvolvimento diversificado das indústrias, o que é encorajador. Embora haja muitas dificuldades e desafios para os objectivos serem concretizados, a existência de um plano concreto contribuirá para unir as forças de todos os sectores sociais e até do público, para que participem activamente e impulsionem, em conjunto, o desenvolvimento da diversificação industrial.

Espero que o Governo reforce a divulgação, continue a recolher opiniões da sociedade e optimize o conteúdo do referido planeamento, e apresento as seguintes sugestões:

1. A apresentação da estratégia “1+4” para a diversificação adequada do desenvolvimento assenta numa base sólida, sendo que o “1” se refere ao sector do turismo e lazer integrado, uma vantagem de Macau à qual deve ser dada importância, e refinada conforme a conjuntura do mercado pós-pandemia, enquanto o “4” é a promoção constante do desenvolvimento das quatro indústrias-chave, isto é, macrossaúde, serviços financeiros modernos, tecnologias de ponta, convenções e exposições, e indústria cultural e desportiva. A relação entre o “1” e o “4” deve ser a complementaridade das vantagens, com a expectativa de reforçar o intercâmbio entre as quatro indústrias-chave e o sector do turismo e lazer integrado, portanto, há que aproveitar bem os próprios recursos de qualidade para surtir um efeito de duplicação.

2. Este ano é crucial para a realização das metas da nova fase da Zona de Cooperação Aprofundada. Espera-se que o Governo da RAEM e esta Zona possam lançar mais políticas e medidas que promovam o intercâmbio entre as duas regiões, acelerando a integração de Macau e Zhuhai e a implementação da política de “liberalização da primeira linha e controlo da segunda linha”, a fim de promover o fluxo de pessoas, mercadorias, capitais e informações, consolidando-

se a base tanto para a estratégia “1+4” do desenvolvimento da diversificação económica, como para a integração da economia regional.

3. No texto estão elencados os trabalhos prioritários de cada sector, mas a coordenação e cooperação entre os serviços públicos também são essenciais para o processo de planeamento e execução das políticas. Espera-se, então, que os serviços públicos continuem a aprender com as experiências do passado e a melhorar o mecanismo de coordenação interdepartamental, alcançando, em conjunto, os objectivos do planeamento. O desenvolvimento industrial “1+4” deve conjugar-se com o desenvolvimento conjunto da Zona de Cooperação Aprofundada e, para além de salvaguardar a cooperação interdepartamental local, é ainda necessário reforçar a coordenação com os serviços competentes dessa Zona, para assegurar a eficácia da comunicação e da articulação entre as duas partes, e elevar a eficiência do funcionamento e da qualidade das decisões.

4. No futuro, espera-se que os serviços concretizem, com base no grande planeamento, planos de execução mais pormenorizados e uma calendarização clara, por forma a tornar o planeamento mais eficaz, e criem um mecanismo de revisão intercalar de todo o planeamento, para acompanhar e avaliar a situação da sua implementação, a fim de proceder aos devidos ajustamentos e melhoramentos.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 08.08.2023

Apelo ao reordenamento das obras viárias antes do início das aulas

Assim que começaram as férias de Verão, começaram obras por toda a cidade, como na zona da Rotunda da Amizade, no Bairro de Fai Chi Kei, no Porto Interior e no Bairro de San Kio, o que resultou em congestionamentos de trânsito. O trânsito é relativamente baixo durante as férias de Verão, por isso, é importante concentrar as obras neste período, pois se fosse depois do início das aulas, a vida da população ia ser mais afectada. O Governo comprometeu-se a concluir, tanto quanto possível, parte das obras antes do final das férias de Verão e a destacar mais polícias para melhorar o trânsito, porém, algumas obras envolvem diversas áreas e demoram muito tempo, portanto, vai ser difícil concluí-las até ao fim das férias. Antes do início das aulas, o Governo deve dar a conhecer o ponto de situação das obras, e anunciar, com antecedência, os troços onde as obras continuam e as respectivas medidas de condicionamento, para os cidadãos terem tempo para se adaptarem aos novos caminhos e assegurar a fluidez do trânsito quando as aulas começarem.

No ano passado, o Grupo de Coordenação das Obras Viárias anunciou que, neste ano, iam ser realizadas bastantes obras viárias, mas o tempo exacto da execução, as medidas de condicionamento e o encerramento temporário das vias são sempre divulgados apenas uns dias antes do início das obras, ou mesmo depois do início das mesmas, o que dificulta a adaptação dos lojistas e cidadãos das imediações e pode ainda causar problemas graves. Para além das obras viárias que se prolongam por vários meses, a construção de muitas grandes infra-estruturas também tem um grande impacto no trânsito, tal como se tem verificado com as obras do Centro Modal de Transportes da Barra, do viaduto da Pérola Oriental, do viaduto do Estádio da Taipa, da Estação Elevatória de Águas Pluviais e das instalações de drenagem no Sul do Porto Interior. Em breve, vão começar as obras das passagens superiores para peões da Avenida do Nordeste e da Baía Norte do Fai Chi Kei, o que causará, certamente, maior impacto para as deslocações diárias dos cidadãos.

Com a criação do Grupo de Coordenação de Obras Viárias, a comunicação interserviços aumentou, progrediu em comparação com o passado, mas ainda está muito aquém das expectativas do público. Os cidadãos têm dificuldade em compreender o porquê das várias escavações na mesma via, e o Governo respondeu que diferentes serviços têm necessidades diferentes e é necessário executar várias obras. O Governo deve rever a situação seriamente e divulgar os respectivos dados, para corrigir os atrasos das obras e as sucessivas escavações, e apresentar propostas de resolução, para eliminar as preocupações do público.

As autoridades estão a estudar a criação de uma “plataforma uniformizada de obras rodoviárias” para promover a interligação de dados interserviços, cuja implementação está prevista ainda para este ano, mas há que aguardar pelos resultados. No passado, várias obras em artérias principais não foram concluídas antes do início do ano lectivo, algumas até sofreram atrasos, o que despertou a atenção da população. Nos últimos meses, têm aumentado o número de turistas e a pressão do trânsito, então, solicito às autoridades para procederem, quanto antes, à coordenação e ao planeamento das futuras obras viárias, no sentido de reduzir quer as escavações desnecessárias quer o impacto para os residentes, e de disponibilizar um ambiente rodoviário normal para as deslocações dos residentes com tranquilidade.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 08.08.2023

Aperfeiçoar o regime de aprendizagem, para ajudar os residentes a concretizar o acesso ao emprego de alta qualidade

Na Conferência Internacional do Trabalho n.º 111, concluída recentemente, foi aprovada a Recomendação sobre Aprendizagens de Qualidade de 2023, segundo a qual as rápidas mudanças no mundo do trabalho agravam o emparelhamento inadequado entre emprego e competências técnicas e a falta de trabalhadores com determinadas competências técnicas, portanto, com um regime de aprendizagem de qualidade, as pessoas de diversas idades podem ter oportunidades de adquirir, readquirir e elevar competências técnicas; mais, promover e desenvolver este regime vai possibilitar a criação de oportunidades de trabalho decente, dando resposta eficaz aos desafios do mundo do trabalho e satisfazendo as necessidades actuais e futuras dos aprendizes, dos empregadores e do mercado de trabalho. A aprovação da Recomendação demonstra que a criação do regime de aprendizagem de qualidade é já um consenso internacional.

O regime de aprendizagem moderno é um modelo de ensino profissional para a formação de quadros qualificados através da estreita colaboração escola-empresa, e em comparação com o ensino profissional nas escolas, tem a característica de “ser orientado pela procura”, reflectindo directamente as exigências do sector empresarial quanto à qualidade da força laboral. Nos países onde o regime de aprendizagem moderno está bem desenvolvido, tais como a Alemanha, a Áustria e a Suíça, a taxa de desemprego dos jovens é mais baixa.

Como este regime tem muitas vantagens, muitos países já mudaram o foco, que passou do desenvolvimento do ensino profissional para a criação ou aperfeiçoamento do regime. Em 2014, o Ministério Nacional da Educação realizou trabalhos-piloto sobre o regime e publicou, em 2019, a “Comunicação sobre a plena promoção do regime moderno de aprendizagem”, na qual se propõe a necessidade de aprofundar o mecanismo de educação de pessoas através da integração das indústrias e do ensino e da cooperação escola-empresa, e de promover plenamente, nas importantes estratégias nacionais e nas indústrias pilares regionais, o regime moderno de aprendizagem, orientado pelo governo, com a participação dos sectores e do apoio social, e com as empresas e as escolas técnico-profissionais como sujeitos principais na educação das pessoas. A “Proposta do Comité Central do Partido Comunista da China sobre a elaboração do 14.º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Económico e Social da China e dos Objectivos de Longo Prazo até 2035” também “reforçar a adaptabilidade do ensino técnico-profissional e estudar o regime de aprendizagem com características chinesas”.

Em Macau, o regime jurídico que regula a formação de aprendizes é o Decreto-Lei n.º 52/96/M, publicado há cerca de 27 anos, e que, com o desenvolvimento

socioeconómico, tem cada vez menos efeito no aumento das técnicas profissionais dos residentes e na promoção do acesso ao emprego dos jovens, e não consegue articular-se eficazmente com o desenvolvimento da diversificação adequada da economia nem com a valorização e reconversão da estrutura industrial.

Está em curso a consulta pública sobre o “Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia (2024-2028)”, então, sugiro ao Governo que tome como referência as experiências bem-sucedidas dos países e regiões que estão a desenvolver o regime de aprendizagem moderno, e que avance com os respectivos estudos, procurando criar um sistema de aprendizagem moderno adequado à realidade de Macau. Há ainda que avançar, quanto antes, com a revisão do Decreto-Lei n.º 52/96/M, para avaliar as insuficiências, maximizar as vantagens e elevar a capacidade e o nível da formação de quadros técnico-profissionais, com vista à articulação com o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de “1 + 4”, nomeadamente com a procura de quadros técnico-profissionais, pois, devido à valorização e à reconversão industrial, é preciso aumentar as competências técnicas dos residentes, promover o emprego de alta qualidade, e desenvolver o ensino técnico-profissional de forma contínua.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 08.08.2023

Dar importância à formação de talentos locais, em prol do desenvolvimento das quatro novas indústrias e da promoção do emprego dos residentes

O Governo está a realizar a consulta pública sobre o “Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia da RAEM (2024-2028)”, no qual propõe a implementação efectiva da estratégia de desenvolvimento “1 + 4” e o aumento gradual do peso das quatro principais indústrias, para reforçar o impulso do desenvolvimento e da competitividade. O texto de consulta inclui vários indicadores-chave sobre o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, porém, limita-se a referir “a manutenção do crescimento” e “o registo do aumento” para alguns projectos, faltando indicadores claros e científicos; e faltam ainda políticas e medidas específicas e o rumo de desenvolvimento sobre a formação e a reserva dos talentos e recursos humanos necessários ao desenvolvimento das várias indústrias. O Governo deve promover efectivamente o desenvolvimento profissional e a diversificação das escolhas de emprego dos residentes através de programas práticos, para lhes dar oportunidade de participar no desenvolvimento das quatro principais indústrias.

A economia está a recuperar gradualmente, porém, ainda há espaço para resolver o desemprego. Por exemplo, algumas pessoas de meia-idade estão a deparar-se com o desemprego estrutural; os jovens não conseguem planear a vida profissional; a formação de talentos para as diversas indústrias está por aperfeiçoar; e as empresas dizem que precisam de talentos. Face à nova situação do desenvolvimento industrial, as autoridades devem adoptar políticas adequadas para orientar e ajudar os residentes a adaptarem-se. Para alguns sectores, como o sector financeiro, as autoridades definiram, neste texto de consulta, um capítulo específico sobre o plano de trabalho para o desenvolvimento de equipas, incluindo a educação pré-emprego, a formação através de estágios, a promoção educacional, a formação em exercício, a acreditação profissional, etc., cujos objectivos e conteúdos são mais específicos e permitem uma visão mais clara das perspectivas de desenvolvimento do sector, do rumo da política e das vias de participação. Espero que se possa tomar isto como referência para aperfeiçoar o conteúdo respeitante aos outros sectores, como o sector da inovação tecnológica, em vez de se propor simplesmente a formação de talentos.

O Regime jurídico de captação de quadros qualificados entrou em vigor no mês passado e o Governo publicou sucessivos diplomas complementares, incluindo sobre os pormenores do plano de aprovação e a tabela de pontuação, etc. A sociedade está mais atenta à captação de investimentos e talentos, para apoiar o

rápido desenvolvimento das indústrias, mas o Governo vai cumprir a promessa de promover o crescimento dos residentes? Tendo em conta que já se iniciou a primeira fase do processo de importação de talentos para a indústria da macro saúde, peço mais uma vez ao Governo que avalie, com todo o rigor, as respectivas informações e qualificações, nomeadamente, a veracidade dos documentos, e realize inspecções periódicas e aleatórias para verificar se o pessoal e a empresa cumprem as promessas feitas no pedido, evitando a importação de pessoas que não satisfaçam os critérios, eliminando as omissões, as falsas declarações e as falsificações a partir da fonte, assegurando a verdadeira captação dos talentos que Macau necessita.

O mais importante é o Governo definir, claramente, um sistema e uma estratégia de formação, reforçar o investimento na educação e na formação profissional, e aperfeiçoar o sistema educativo, a fim de concretizar os objectivos de formar locais e garantir a sua prioridade no acesso ao emprego. Solicito ao Governo que, aquando da definição do plano de desenvolvimento diversificado das indústrias, clarifique as exigências relativas à contratação e à promoção do desenvolvimento dos locais, nomeadamente, tendo em conta a situação do desenvolvimento das indústrias “1 + 4” e as necessidades de recursos humanos. Deve ainda definir planos específicos para a formação de talentos locais, especialmente incentivar as grandes empresas a darem importância à descoberta, formação e promoção dos talentos locais, e a lançarem mais planos de formação antes do ingresso na carreira e planos de formação remunerada, em colaboração com outras empresas. Pode ainda tomar-se como referência a prática de exigir às concessionárias do jogo a fixação de uma percentagem não inferior a 85% de locais em cargos de gestão de nível médio e superior. Assim, no processo de valorização e reconversão das indústrias tradicionais, será possível, em simultâneo, criar mais oportunidades de participação dos residentes, elevar a sua empregabilidade e competitividade, promover o crescimento dos locais e preparar quadros qualificados para o futuro desenvolvimento económico.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 08.08.2023

Partilha de recursos turísticos para atrair turistas

Após a epidemia, o sector do turismo de Macau entrou numa fase de forte recuperação. Com a chegada das férias de Verão, o mercado de Macau registou um grande aumento de clientes, e os sectores relacionados com o turismo, como a venda a retalho, a restauração, a hotelaria, etc., também registaram um rápido aumento. Assim, com essa recuperação significativa da economia de Macau, prevê-se que o PIB do segundo trimestre deste ano cresça mais do dobro em relação ao período homólogo do ano passado. As receitas do Governo aumentaram, a recuperação económica é, de um modo geral, estável, e a conjuntura é favorável. Mas os efeitos do desenvolvimento económico resultante da recuperação do sector do turismo não estão equilibrados, não beneficiando as zonas turísticas não tradicionais.

Macau possui recursos turísticos únicos, tais como o “Centro Histórico de Macau” e a “Cidade Gastronómica”, que atraem muitos turistas. Os pontos turísticos tradicionais e os casinos foram, no passado, os principais pontos de atracção turística, mas, com a mudança dos tempos, os turistas passaram a prestar mais atenção à experiência personalizada do turismo. O antigo modelo de turismo de um dia foi gradualmente substituído pelo “turismo lento” e pelo “turismo experimental”. Os turistas preferem explorar as diferentes facetas da cidade, procurando experiências locais mais profundas e autênticas, bem como conhecer os hábitos e costumes locais através da sua própria experiência. Mas a recuperação não tem beneficiado os bairros não turísticos, porque o charme e as características desses bairros comunitários de Macau ainda não foram suficientemente divulgados, e muitos turistas não têm conhecimento suficiente sobre os bairros que os rodeiam. Além disso, com as novas necessidades trazidas pelas mudanças, as empresas locais também não souberam melhorar a qualidade dos seus serviços nem criar produtos inovadores para atrair novos clientes, partilhando os resultados da recuperação do turismo.

Por isso, há que acompanhar continuamente a evolução das necessidades dos visitantes, proporcionar-lhes experiências turísticas diversificadas e reforçar a promoção do charme cultural único de Macau, para a manutenção e elevação do seu estatuto como um destino turístico de nível mundial inesquecível para os turistas, promovendo assim o desenvolvimento sustentável da economia.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Com a recuperação do sector do turismo, as zonas mais procuradas da Avenida de Almeida Ribeiro ficaram cheias de gente, mas as lojas da zona antiga da cidade estão desertas. De facto, cada bairro comunitário tem as suas próprias diferenças e características para atrair turistas. O Governo lançou várias actividades, tais como “Sentir Macau passo-a-passo”, assim, sugiro ao Governo que aproveite as actividades já existentes, invista mais recursos na revitalização dos pontos turísticos e conte melhor a história dos mesmos, a fim de enriquecer a experiência turística e aumentar a vontade de visitar Macau por parte dos turistas.

2. Com a recuperação do sector do turismo após a epidemia, e atrair o consumo local dos turistas, as regiões vizinhas, como Hong Kong e Taiwan, começaram a distribuir cupões de consumo aos turistas através de diferentes formas. Sugiro ao Governo que considere a possibilidade de, no futuro, lançar, de forma semelhante, cupões de consumo específicos para os turistas nos diversos bairros comunitários, a fim de atrair mais turistas a consumirem nesses bairros.

3. Apoiar a elevação da transformação digital das PME, e elevar a criatividade e a qualidade dos serviços prestados. Sugere-se ao Governo a criação de fundos específicos para apoiar as empresas e os estabelecimentos comerciais que se transformam e concretizam os novos conceitos de desenvolvimento, ou seja, inovação, coordenação, protecção ambiental, abertura, partilha, ou através de uma redução e isenção de impostos e benefícios fiscais, reduzir os encargos económicos de investimento inicial na protecção ambiental, na redução da emissão de poluentes, na transformação digital e na aplicação da inteligência artificial, com vista a tornar Macau em cidade exemplar de turismo, amiga do ambiente e com aplicação de tecnologias avançadas a nível mundial.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng em 08.08.2023

Dominar, cientificamente, o tráfego das redes sociais sobre os bairros antigos, para promover a revitalização da zona do Porto Interior

Segundo os Serviços de Estatística e Censos, no primeiro trimestre, a despesa per capita dos visitantes atingiu 3027 patacas, um aumento de cerca de 90% em comparação com as 1634 patacas no período homólogo de 2019. Isto demonstra um aumento significativo das despesas em actividades não jogo, em comparação com o período antes da epidemia, especialmente porque muitas famílias vêm a Macau para experimentarem viagens de pais e crianças, os turistas jovens vêm à procura dos pontos de *check-in* recomendados pelas celebridades na Internet, etc., portanto, as políticas do Governo, como, o aprofundamento contínuo da integração intersectorial do “turismo +”, a melhoria do ambiente de negócios nos bairros antigos, a criação de novas experiências turísticas para atrair turistas diversificados, etc., já conseguiram obter resultados e reacções, o que merece a nossa atenção e reconhecimento.

Para atrair o consumo nos bairros comunitários, o Governo tomou a iniciativa de organizar e realizar diversas actividades inovadoras e promocionais, por exemplo, a instalação de ecrãs LED, com tecnologia 3D a olho nu, no “Arraial na Ervanários”, para mostrar o charme daquela zona através das novas tecnologias, e a colaboração com celebridades da *Internet* na produção de vídeos sobre “comer e fazer compras nas lojas típicas de Macau”, para levar os turistas a consumir nas outras lojas nas proximidades da Avenida de Almeida Ribeiro. Após o evento “Passeando pela Almeida Ribeiro” no início deste ano, ficámos contentes por ver o Governo anunciar a criação de uma zona pedonal na Rua da Felicidade, para reforçar a interligação entre os edifícios classificados e as principais zonas turísticas nas suas proximidades. Na realidade, quando há condições, o Governo promove vários projectos, como o Mercado Nocturno do Pagode do Bazar, o Arraial na Ervanários e a zona pedonal da Rua da Felicidade. A revitalização deve ter por base todo o bairro antigo do Porto Interior, tendo como eixo principal a Avenida de Almeida Ribeiro e deve ser efectuada através da conjugação dos recursos de toda a zona, pois só assim será possível injectar uma nova vitalidade e dar uma nova fisionomia a esta zona antiga do Centro Histórico de Macau, que é rica em elementos históricos.

Para acelerar a revitalização dos bairros antigos do Porto Interior e permitir que as suas PME sintam, quanto antes, o “retorno da Primavera”, apresento as seguintes três sugestões:

1. Estudar a relação entre os pontos de “check-in” e a revitalização do mercado, para saber da situação da “captação de clientes e das receitas”. Quanto à captação de clientes, com a “partilha de comentários” e as redes sociais a transformarem-se numa força motriz do turismo para os visitantes da Ásia-Pacífico, devemos focar-nos na análise da interacção entre os pontos de “check-in” e o fluxo de pessoas nos bairros vizinhos. Quanto à captação de receitas, no mês passado, o Governo lançou, a título experimental, o “Serviço de apoio digital às PME nos bastidores”, liderando as empresas tecnológicas locais na prestação de serviços de transformação digital a 200 PME tradicionais; assim, através do domínio e análise do efeito de tracção do fluxo de capitais, deve aproveitar-se a tecnologia para promover a maximização dos benefícios *input-output*, transformando o “tráfego da rede” em “poder de consumo” real e promovendo o desenvolvimento económico comunitário.

2. Criar, gradualmente e através de vários canais, uma base de mega dados, para analisar a relação entre as lojas do mesmo tipo frequentadas pelos locais e as lojas populares visitadas pelos turistas, para dominar a situação geral dos bairros antigos e fazer bem a construção de dados e o balanço das experiências, em prol da futura revitalização desses bairros.

3. Tomar como referência a comunicação permanente e estreita entre o Grupo de Atenção ao Desenvolvimento do Sector da Construção de Macau e os serviços da área dos transportes e obras públicas, para criar um modelo semelhante de comunicação Governo-população no sector da restauração e no sector laboral, para reforçar a interacção e acelerar a transmissão de ideias e políticas do Governo aos sectores, para, com os esforços de todos, se lançarem políticas mais adequadas à realidade, acelerar a recuperação da economia e concretizar a diversificação adequada.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 08.08.2023

Ajustar as políticas relativas ao sector imobiliário e melhorar as condições de vida dos residentes

No passado dia 24 de Julho, o Politburo do Comité Central do Partido Comunista da China reuniu-se para analisar e estudar a actual conjuntura económica da China, e planear os trabalhos económicos do segundo semestre. Na reunião, foi salientada a necessidade de prevenir e resolver efectivamente os riscos em áreas-chave, de se adaptar à nova conjuntura resultante das grandes mudanças na relação entre a oferta e a procura no mercado imobiliário, ajustar e otimizar oportunamente as políticas imobiliárias, e aproveitar bem a caixa de ferramentas de políticas, para melhor satisfazer as necessidades de habitação dos residentes e promover o desenvolvimento estável e saudável do mercado imobiliário. Isto trouxe novas ideias orientadoras para o desenvolvimento do sector imobiliário de Macau e constitui uma orientação importante para as futuras acções governativas na RAEM.

O sector imobiliário não só tem a ver com o bem-estar dos residentes, mas também é uma força importante para o desenvolvimento económico, pelo que o Governo da RAEM tem dado grande importância ao desenvolvimento desse sector. No passado, o Governo, para além de acelerar a construção de habitações públicas para assegurar as necessidades de habitação dos residentes das camadas sociais mais baixas, lançou de forma contínua medidas para promover o desenvolvimento saudável e estável do sector imobiliário, tendo, nomeadamente, em 2019, quando surgiram fenómenos insalubres, como a especulação imobiliária, lançado medidas picantes, que conseguiram reprimir eficazmente o sobreaquecimento e o desenvolvimento insalubre do sector imobiliário, promovendo a estabilidade do desenvolvimento global de Macau.

No entanto, o inesperado aconteceu: a eclosão da epidemia do século, que acarretou grandes alterações para a sociedade de Macau. Muitas empresas suspenderam actividades, a população viu os seus rendimentos reduzirem-se significativamente, e muitos residentes tiveram de vender os seus bens para pagar dívidas ou sustentar a família. Mais, com o aumento das taxas de juro no mercado dos Estados Unidos, as prestações dos empréstimos aumentaram, o que reduziu o número de pessoas a entrarem para o mercado, levando ao retrocesso no mercado imobiliário, com a oferta maior do que a procura, e a uma queda a pique do seu desenvolvimento. Isto afecta directamente a sobrevivência do sector e também a subsistência de um grande número de famílias, e, mais, o desenvolvimento económico começa a enfrentar riscos, especialmente o sector financeiro, que está relacionado com o sector imobiliário. Segundo os dados da Autoridade Monetária de Macau, o rácio do crédito malparado em Abril deste ano

atingiu 1,9 por cento. É claro que esta taxa é relativamente baixa em comparação com outras regiões, mas não é baixa na microeconomia de Macau, e a sociedade está muito atenta a isto, especialmente, quando estamos a chegar ao fim da medida de pagamento de juros e não da dívida, implementada pelo Governo. O mercado está ainda mais preocupado com o aumento contínuo do crédito malparado, que pode afectar a estabilidade do desenvolvimento financeiro. Face a estas alterações, o Governo deve ponderar sobre a conjuntura, reforçar a prevenção de riscos nos sectores imobiliário e financeiro, entre outras áreas importantes, e ajustar quanto antes as políticas e medidas, a fim de manter o desenvolvimento estável da sociedade.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Muitos residentes recorrem à aquisição de habitação própria, para efeitos de uma vivência feliz, mas, face ao desenvolvimento e às mudanças familiares, muitas famílias têm necessidade de mudar para uma fracção de maior dimensão ou em edifícios novos, devido à falta de espaço habitacional ou ao envelhecimento das fracções, com vista a melhorar a sua vida. Mas, segundo a actual política, a aquisição de uma segunda casa está sujeita ao pagamento de um imposto de selo de 5 por cento, o que dificulta ainda mais a vida dos residentes que pretendem trocar de casa para melhorar a sua qualidade de vida, quando os preços dos imóveis estão a baixar. Assim, propõe-se que o imposto de selo de 5 por cento na aquisição da segunda fracção seja reduzido ou eliminado, para melhorar a qualidade de vida dos residentes.

2. O sector imobiliário está relacionado com a vida da população e o desenvolvimento económico. Em 2016, o Governo emitiu um total de 5600 licenças de agente e mediador imobiliário, e isto demonstra que a população activa é muita no sector da construção civil, que está estreitamente relacionado com o sector financeiro e a economia e, especialmente num mercado tão unitário, o sector imobiliário tem grande impacto económico. Muitos residentes concentram a maior parte dos seus bens no sector imobiliário, por isso, pode dizer-se que alguns residentes dedicam toda a sua vida para adquirir uma ou duas propriedades, para arrendamento ou manutenção da vida na velhice. Mas, devido ao grande impacto no mercado, as suas fracções passaram a estar desocupadas, ficando desvalorizadas. Há ainda outros residentes que, sob a pressão dos empréstimos, querem vender as suas propriedades para pagar as dívidas, mas também não podem fazer nada. Pode dizer-se que a pressão vai “rebentar” a qualquer momento, e os problemas sociais podem ser ainda maiores na era dos activos negativos. A resolução destes problemas de risco exige que o Governo pondere a situação e adopte medidas mais decisivas para a sua prevenção. Assim, sugere-se ao Governo que reveja as actuais políticas e medidas para o sector imobiliário, para promover a sua circulação eficaz e manter o desenvolvimento estável da economia.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 08.08.2023

Criar a competitividade nuclear das empresas e elevar o encanto de Macau enquanto cidade turística

A cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau tem vindo a ser aprofundada e consolidada, proporcionando mais oportunidades para o desenvolvimento económico e social de Macau e o desenvolvimento dos residentes de Macau no Interior da China. Nos últimos anos, devido ao progresso tecnológico e às mudanças socioeconómicas, o modelo de consumo dos consumidores mudou. A nova geração dá mais importância à experiência pessoal, à qualidade do serviço e à relação custo/benefício, entre outros factores.

Nos últimos anos, os preços dos produtos e a qualidade dos serviços de Macau têm-se tornado cada vez mais distantes dos praticados no Interior da China. A retoma da passagem fronteiriça no início do ano, a conveniência de “uma fronteira, duas verificações” no Posto Fronteiriço Qingmao, a proximidade da estação ferroviária de alta velocidade de Zhuhai e o aumento da taxa de utilização da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau atraíram muitos residentes de Macau a viajar curtas distâncias para o exterior. É evidente que muitos turistas da nova geração optam por fazer uma breve visita a Macau, por isso, a integração acelerada da Grande Baía vai ser imparável e, assim, as empresas locais devem elevar a sua competitividade e atractividade. Aliás, os bons produtos e os bons serviços são indispensáveis.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. A competitividade das empresas provém das capacidades atribuídas pelo Governo. Primeiro, os serviços públicos devem ser rápidos e eficientes, pois só assim se pode promover a competitividade das empresas. Por exemplo, se as empresas gastarem menos recursos antes de iniciarem as suas actividades, a sua competitividade será maior no futuro, e vice-versa. Sugere-se que os serviços competentes continuem a elaborar e a simplificar, em conjunto, os procedimentos relativos à prevenção contra incêndios, à remodelação, à aprovação de projectos e aos recursos humanos, para atrair as empresas a fazerem o *upgrade* dos seus investimentos. Os serviços públicos da RAEM devem, em conjunto com as empresas, acompanhar de perto a tendência do desenvolvimento do mercado, encarar o actual desenvolvimento de Macau com uma visão estratégica e prospectiva, delinear planos para o futuro e ajustar os rumos, em prol do elevar da competitividade da cidade.

2. Perante uma concorrência feroz, as micro e PME precisam de criar as suas próprias marcas, e as empresas locais devem dar atenção à inovação e características próprias dos seus produtos, desenvolvendo produtos com características locais. O Governo deve promover algumas lojas com potencial junto das empresas de planeamento de marcas profissionais, locais ou do exterior, para produzir uma marca de produtos de Macau e fabricá-los localmente, a fim de disponibilizar serviços de qualidade e liderar quadros qualificados através desta cooperação, bem como inovar constantemente e aumentar a competitividade, incentivando as partes a partilharem os resultados. O Governo deve ainda liderar o trabalho de promoção de marcas, para criar uma marca de renome. Quem obtiver sucesso nesse trabalho pode receber um grande prémio. Acredito que, se disponibilizarmos este grande prémio, um valente guerreiro vai aparecer. Acho que não será difícil Macau construir uma boa marca.

3. As micro e PME, mesmo que estejam no topo do seu sector, dificilmente conseguem competir com as grandes empresas em salários e benefícios. A falta de mão-de-obra afecta directamente as experiências dos seus clientes e, indirectamente, leva à instabilidade dos negócios. Sugiro ao Governo que, tendo em conta a actual situação geral de emprego, defina políticas de apoio de recursos humanos às micro e PME para as tranquilizar, pois isso vai levá-las a investir e a desenvolver-se sem preocupações.

IAOD do Deputado Ma lo Fong em 08-08-2023

Optimização dos recursos complementares do ensino não superior e concretização da perspectiva de desenvolvimento da diversificação adequada da economia

Há dias, o Governo divulgou o "Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia da RAEM (2024-2028)" e iniciou a consulta pública. Tal como se refere no documento, a promoção da diversificação adequada da economia é o caminho certo para resolver os conflitos e problemas do desenvolvimento socioeconómico de Macau, e o "Plano" propõe um rumo claro para o desenvolvimento diversificado das indústrias "1+4". Vai ser elaborado um plano de cooperação para o desenvolvimento coordenado entre Guangdong-Macau e Hengqin-Macau e apresentado, em simultâneo, um plano de resolução de problemas para identificar e definir o plano geral de desenvolvimento económico para a próxima fase de Macau.

O aumento da qualidade e a reconversão da estrutura económica dependem, necessariamente, da educação e dos talentos, nomeadamente, da optimização das condições e dos recursos em cada nível de ensino, numa altura em que estão prestes a entrar em funcionamento várias indústrias emergentes. Podem formar-se quadros qualificados a partir do ensino não superior, elevar o nível profissional e a capacidade da equipa educativa, e contribuir para a formação de talentos locais nas áreas da inovação científica e da indústria, pois só assim é que se pode concretizar o desenvolvimento saudável e sustentável da cidade e da indústria, e só assim é que a sociedade pode partilhar dos frutos do desenvolvimento da diversificação adequada da economia.

Com vista a reforçar o dinamismo e a capacidade do desenvolvimento económico e a concretizar os princípios de "Promover a prosperidade de Macau através da Educação" e "Construir Macau através da formação de talentos", apresento as seguintes sugestões:

1. No "Plano" define-se claramente que é necessário reforçar a formação de quadros qualificados na área da ciência e da tecnologia, bem como aperfeiçoar a educação científica no âmbito do ensino não superior. Propõe-se o desempenho, de forma activa, do papel de Macau como base de educação científica, optimizando a actual situação de participação das escolas, criando mais e diversificadas actividades de marca, desenvolvendo uma cooperação mais estreita entre os museus e as escolas, proporcionando apoio regular aos cursos ministrados fora das escolas e conhecimentos científicos mais avançados aos jovens de Macau.

2. Aperfeiçoar os recursos complementares para a popularização da ciência nas instituições de ensino

O conteúdo e a qualidade do programa pedagógico dependem essencialmente dos docentes e das condições das escolas, e com o acelerado desenvolvimento das tecnologias, algumas escolas têm dificuldade em otimizar e actualizar o hardware e o software, necessitando de um suporte de recursos estáveis. Sugere-se ao Governo o aperfeiçoamento do investimento nos recursos educativos e a revisão, quanto antes, do apoio às escolas no tocante à educação para a popularização da ciência após a fusão do Fundo Educativo, considerando, sobretudo, que este deixa de financiar as escolas na organização de cursos para a popularização da ciência, passando a financiar os projectos com resultados na área da investigação científica. Há também que estudar a possibilidade de lançar apoio financeiro específico para a educação sobre a popularização da ciência, a fim de aumentar as condições e o nível das escolas nesta área e de explorar potencialidades para o desenvolvimento das indústrias de tecnologia de ponta.

3. Promover o desenvolvimento sustentável das competências profissionais do pessoal docente

Com o desenvolvimento das indústrias emergentes, é necessário que os docentes acompanhem a evolução dos tempos. Sugere-se que, com base no actual número de horas para o desenvolvimento profissional dos docentes, lhes sejam disponibilizados programas de formação sistemáticos e de alta qualidade, com o objectivo de obtenção da respectiva acreditação profissional, a fim de resolver o problema da formação profissional demasiado “retalhada”. Sugere-se também às autoridades o reforço da revisão da qualidade dos cursos e a avaliação do pessoal docente, para aumentar a oferta de cursos de excelência, em prol do desenvolvimento sustentável da equipa docente de Macau.

4. Alargar a cobertura do planeamento das carreiras no âmbito do ensino não superior

Para além do reforço das palestras sobre as indústrias e das acções de formação profissional no âmbito do ensino superior, sugere-se que se antecipe o respectivo trabalho para o ensino não superior, sobretudo o aumento e o aperfeiçoamento das apresentações sobre as profissões, a procura dos quadros qualificados que o futuro desenvolvimento industrial de Macau vai exigir, as disciplinas, etc. Há também que melhorar o apoio aos alunos no planeamento da carreira, para que este trabalho seja desenvolvido ao longo de todo o secundário, e não só no secundário complementar, para os adolescentes poderem conhecer e planear, quanto antes, o desenvolvimento da sua profissão e as opções de emprego, dando-lhes mais tempo de preparação e mais margem para erro.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 08.08.2023

Exortar o Governo a rever e a aumentar, de forma global, os apoios e garantias dados aos atletas, bem como a aumentar o subsídio para cuidadores, indexando-o ao índice mínimo de subsistência

Quanto ao apoio financeiro aos atletas de Macau, recorde-se que, nos 14.^{os} Jogos Nacionais de 2021, a delegação desportiva de Macau obteve na modalidade de “karate-do” a primeira medalha desde a participação nos Jogos Nacionais. Recentemente, quatro nadadores de Macau também obtiveram bons resultados no Campeonato do Mundo do Japão e, há dias, nos Jogos Mundiais Universitários em Chengdu, na modalidade de “nandao” feminino, a delegação de Macau conseguiu a primeira medalha de ouro, regressando com uma medalha de ouro, três de prata e duas de bronze. Os esforços e resultados obtidos pelos nossos atletas são motivo de orgulho para todos nós, residentes de Macau.

O Governo da RAEM tem gasto anualmente muito dinheiro com o desporto e são muitos os apoios financeiros para as diversas competições desportivas, mas, mesmo assim, os recursos destinados ao apoio dos atletas a tempo inteiro são escassos. Actualmente, o subsídio mensal para cada atleta a tempo inteiro é de mil e quinhentas patacas, no mínimo, e a maioria desses atletas auferem salários que variam entre milhares a pouco mais de dez mil patacas. Devido aos recursos limitados, é difícil não só atrair novos talentos para o desporto de Macau, como também manter os actuais atletas.

Para obter excelentes resultados, são necessários os esforços incansáveis e a dedicação dos atletas de Macau, especialmente durante os 10 anos mais brilhantes e preciosos da sua juventude, e ainda o apoio do Governo. Assim, solicito ao Governo que reveja e actualize, de forma global, o actual modelo de apoio financeiro destinado aos atletas a tempo inteiro e respectivo montante, e crie um regime de contrato e vencimento mais perfeito, para terem mais garantias em termos de bem-estar, aperfeiçoamento contínuo, reconversão e aposentação. Tudo isto permite que os atletas tenham uma vida mais digna, continuem, sem preocupações, a conquistar bons resultados para o País e para Macau, e brilhem no mundo desportivo internacional.

Em seguida, queria falar sobre o projecto-piloto do subsídio para cuidadores. Com as solicitações dos sectores sociais e dos pais das crianças com necessidades educativas especiais, o Governo e os serviços competentes lançaram, em 2020, o referido projecto-piloto; neste momento, estão abertas as candidaturas para a sua 2.^a fase. Mas os pais estão desapontados, uma vez que o valor do subsídio se mantém inalterado, isto é, 2175 patacas.

Quem não quer que os seus familiares e crianças tenham saúde e uma vida normal? Gostaria de manifestar, em representação destes encarregados de educação, que as crianças com necessidades especiais, quer sejam portadoras de deficiência física, quer de autismo, não são apenas um infortúnio, como também trazem grande pressão física e psicológica para toda a família. Mesmo que o Governo proporcione diversos serviços e tratamentos, os encarregados de educação têm de assumir grandes responsabilidades e a pressão dos cuidados, e de escolher entre o rendimento e o cuidar dos filhos. Muitos desistem de trabalhar e optam por acompanhar os filhos, para tentar salvaguardar as oportunidades de melhorar o seu crescimento. Muitos encarregados de educação perguntam-me: o valor de 72,5 patacas por dia que o Governo fixou é suficiente para sustentar a vida?

Pelo exposto, solicito ao Governo e aos serviços competentes que aumentem, pelo menos, o montante do subsídio atribuído ao referido projecto-piloto, para estar indexado ao índice mínimo de subsistência, aliviar os encargos dos encarregados de educação e proporcionar-lhes mais carinho e motivação para a sua vida quotidiana.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 08.08.2023

Melhoria dos cuidados de saúde do Complexo Hospitalar das Ilhas

Nos últimos anos, foram construídas muitas habitações públicas em Coloane, a população está a crescer a um ritmo elevado, de acordo com as informações, num prazo de 10 anos, entre 2011 e 2021, os habitantes de Coloane aumentaram 7,54 vezes, atingindo 36 384, e este aumento significativo exerce uma enorme pressão sobre os recursos e os cuidados de saúde naquela zona.

Entre estes habitantes, há os da habitação social de Seac Pai Van, que são, na sua maioria, idosos, portanto, é maior a procura de cuidados de saúde. Aquando da minha visita ao complexo de habitação pública de Seac Pai Van, em Coloane, contactei com muitos idosos que sofrem de cataratas, falta de dentes, e lesões nas articulações, ou seja, várias doenças geriátricas que causam grande sofrimento e incómodo ao nível da alimentação, das deslocações e da vida quotidiana. Segundo alguns idosos, o Governo vai disponibilizar, nas consultas externas do Centro de Saúde de Seac Pai Van, “medicina chinesa” e “cuidados de saúde oral”, mas, afinal, há limitações que dificultam a prestação de serviços de cirurgia, por exemplo às cataratas, para implantação dentária, para substituição de articulações, etc. Segundo outros idosos, existem autocarros para os hospitais da Península de Macau e da Taipa, mas é um incómodo para os idosos terem de se deslocar para as consultas e, como a distância é longa, precisam de um dia inteiro para cada consulta de rotina ou de seguimento. Os moradores esperam que o Governo melhore rapidamente a capacidade do Complexo Hospitalar das Ilhas, para poderem ter acesso aos vários tipos de cuidados de saúde nas proximidades das suas casas.

Pelo exposto, gostaria de apresentar as seguintes sugestões ao Governo:

1. Quanto aos serviços do Hospital das Ilhas, segundo o Governo, na primeira fase serão serviços de oncologia, *check-up*, estética e urgência. Atendendo às características demográficas de Coloane, onde habitam bastante idosos, aos cuidados de saúde de que estes mais necessitam e às especialidades médicas com maior procura em Macau, proponho ao Governo que sejam prestados, quanto antes, os serviços de que os idosos necessitam, nomeadamente, de oftalmologia, odontologia, cardiologia e ortopedia.

2. Em relação à transferência de doentes, o Governo afirmou, recentemente, que as taxas do Hospital das Ilhas vão ter três níveis, e o primeiro aplica-se aos grupos que gozam dos cuidados de saúde gratuitos previstos no Decreto-Lei n.º 24/86/M, incluindo os idosos a partir dos 65 anos. Segundo o Governo, os grupos

que têm acesso a cuidados de saúde gratuitos só podem gozar deste benefício no Hospital das Ilhas quando encaminhados pelos Serviços de Saúde. Assim, sugiro ao Governo que crie um mecanismo científico e eficaz de transferência, para os idosos que vivem em Coloane poderem ser tratados no Hospital das Ilhas, que fica mais perto, e que considere a criação de uma “via verde de transferência para idosos”, proporcionando-lhes tratamento adequado e rápido, consoante a urgência e a gravidade da doença.

3. Concordo totalmente com a ideia do Governo, de transformar o Hospital das Ilhas num hospital digital, inteligente e com recurso à *internet*. Actualmente, moram na habitação pública de Seac Pai Van alguns idosos com dificuldades de locomoção, que sofrem de doenças crónicas, e que precisam de frequentes consultas de seguimento. Proponho ao Governo que aproveite plenamente os meios informáticos, para prestar serviços convenientes aos idosos, tais como “consultas à distância”, “exames à distância”, “levantamento inteligente de medicamentos”, etc., para acelerar o processo de consulta e facilitar a vida da população.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 08.08.2023

Melhor servir a população, evitar a situação de “não comer por ter medo de se engasgar”, e aproveitar os terrenos desaproveitados para promover o interesse público

Nos últimos anos, o Governo recuperou sucessivamente vários terrenos que foram ilegalmente ocupados e terrenos cuja caducidade de concessão foi declarada. Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana, cerca de 40 desses terrenos ainda se encontram na situação de “reserva de terrenos” ou “recuperados”, no entanto, “não foi emitida a Planta de Alinhamento Oficial/Planta de Condições Urbanísticas”, não existindo, por enquanto, qualquer finalidade do plano.

Recebi, várias vezes, queixas de residentes sobre a proliferação de ervas daninhas, mosquitos, ratos, serpentes e outros animais nos terrenos do Governo, o que afecta a higiene comunitária e a segurança dos residentes. Embora os serviços competentes se desloquem periodicamente aos locais respectivos para tratar dos trabalhos de remoção de ervas daninhas ou de eliminação de mosquitos, os problemas repetem-se rapidamente, o que não só acarreta problemas de higiene e segurança para a comunidade, como se continua a desperdiçar o erário público e os custos administrativos do Governo.

Macau é uma terra pequena e nalgumas zonas a densidade populacional é elevada, por isso, os residentes têm vindo a solicitar o aumento das instalações de lazer, espaços para actividades e lugares de estacionamento para veículos, mas o Governo alegou várias vezes que “o planeamento por zonas ainda não está definido”, deixando assim uma grande quantidade de terrenos desaproveitados. Esta situação viola o princípio de aproveitamento racional dos terrenos e também afecta a vida da população e o ambiente comunitário, pois não houve um tratamento adequado após a retoma dos terrenos. O mais irónico é que, no passado, o Governo recuperou activamente os terrenos que não foram aproveitados dentro do prazo e declarou a caducidade da sua concessão nos termos da lei, mas muitos continuam desaproveitados e, em termos de melhor aproveitamento dos recursos de solos, apenas se alteraram as entidades, mantendo-se inalterados os resultados de desaproveitamento dos terrenos.

É de salientar que a garantia do uso oportuno e racional dos terrenos e o aproveitamento pleno dos recursos de solos são um dos princípios importantes da Lei de terras. Nos últimos anos, a sociedade tem reclamado o bom aproveitamento dos terrenos sem um planeamento concreto, por exemplo, a criação de espaços provisórios para actividades, instalações de lazer e campos desportivos, e o

aumento dos lugares de estacionamento, ou, pelo menos, nivelar os terrenos desaproveitados e optimizá-los, para reduzir os problemas de higiene e segurança. Mas os respectivos dirigentes assumiram uma atitude passiva e manifestaram várias vezes a sua preocupação com a dificuldade de reaver os terrenos provisórios concedidos, acabando por não aceitar as opiniões e solicitações da sociedade.

A atitude dos titulares dos principais cargos resultou em influências negativas para os serviços públicos. Por exemplo, na resposta a uma interpelação escrita minha, os serviços de planeamento de terrenos afirmaram: caso um serviço apresente um pedido de aproveitamento provisório de um terreno, vai-se proceder à sua análise e estudo, e uma parte do terreno é entregue a esse serviço para a construção de instalações. Na mesma resposta, outros serviços afirmaram que iam colaborar, activamente, com os serviços responsáveis pela gestão de solos no planeamento das suas finalidades, mas esta situação de “passar a bola, sem a atirar à baliza” faz com que os terrenos revertidos continuem desaproveitados, o que constitui um desperdício de terrenos e de despesas com a sua manutenção, bem como viola o princípio do aproveitamento útil e efectivo dos terrenos, previsto na “Lei de terras”.

Pelo exposto, apresento as seguintes duas opiniões e sugestões:

1. Exorto os serviços competentes a aproveitarem bem os recursos existentes, a elevarem a eficácia dos terrenos e a reduzirem o desperdício do erário público, através de cooperação interdepartamental, procedendo, activamente, à reordenação e aperfeiçoamento dos terrenos e evitando, através de omissão por medo de cometer erros, o impacto na procura social. O Governo deve, pelo menos, proceder ao nivelamento e melhoramento dos terrenos desaproveitados localizados perto de habitações, por forma a reduzir os problemas de higiene e segurança, e reduzir as despesas públicas resultantes do tratamento repetido dos respectivos trabalhos.

2. O Governo está a desenvolver gradualmente os planos de pormenor das diversas zonas, a estabelecer, de forma detalhada, as finalidades e a intensidade do uso dos solos, o que não pode ser concluído de um dia para o outro, mas não deve ser razão de omissão por parte dos serviços públicos. Sugiro aos serviços responsáveis pelo planeamento de terrenos que procedam à avaliação dos actuais recursos de solos, se coordenem, activamente, com os serviços competentes e aproveitem bem os terrenos que ainda não têm um plano de aproveitamento definido, incluindo a construção de instalações comunitárias temporárias nesses terrenos desaproveitados, ou para fins públicos provisórios, como transportes, espaços verdes, actividades recreativas e desportivas, com vista a melhorar o ambiente habitacional e os espaços para actividades da população, aumentando a eficácia do aproveitamento dos terrenos.

**IAOD dos Deputados Iau Teng Pio, Pang Chuan, Kou Kam Fai em
08.08.2023**

**Aproveitar os Jogos Mundiais Universitários para promover,
plenamente, o desenvolvimento desportivo de Macau**

A 31.^a edição dos Jogos Mundiais Universitários de Verão em Chengdu termina hoje e gostaríamos de elogiar e de dar os parabéns à Delegação Desportiva de Macau pela conquista de uma medalha de ouro, três de prata e três de bronze. Os bons resultados devem-se aos muitos anos de investimento de recursos do Governo e das respectivas associações desportivas, e ao trabalho árduo e treinos dos atletas. O espírito de luta dos atletas, que não têm medo de sofrer e nunca desistem, bem como os esforços e a dedicação da equipa de treinadores e dos trabalhadores desportivos desempenharam um papel positivo no encorajamento dos jovens.

Através do palco mundial dos Jogos, as pessoas reconhecem mais uma vez a força e a paixão dos atletas de Macau. O Governo da RAEM deve aproveitar esta oportunidade para promover o desenvolvimento do desporto, que não só ajudará o público a estar em forma e saudável, mas também enriquecerá a imagem de Macau e o significado do “Centro Mundial de Turismo e Lazer”. Neste sentido, temos as seguintes ideias:

1. Promover a integração entre o desporto e a educação, e reforçar a iniciação do desporto nas escolas. A educação física nas escolas é o principal desporto juvenil, com uma ampla cobertura, um grande número de participantes e grande influência, sendo uma parte importante da formação dos talentos desportivos. Propomos prestar às escolas mais escolhas de modalidades desportivas, reforçando a iniciação do desporto, e dando uma garantia sólida para o mecanismo de selecção e formação de jovens talentos desportivos de Macau. Devemos aproveitar bem o sistema desportivo escolar, criar condições favoráveis para incentivar mais escolas a expandir os seus recursos desportivos e a reforçar a cooperação entre as escolas e as associações desportivas das respectivas modalidades, e introduzir mais modalidades nas escolas com potencialidade de se desenvolverem. Por exemplo, através de aulas experimentais, *workshops*, competições, carnavais, etc., devemos dar aos alunos a oportunidade de experimentar mais desportos diferentes, ajudando-os a mostrar os seus talentos e descobrindo os qualificados. Mais, Macau depara-se com a falta de talentos desportivos. Convém aproveitar a “Lei dos talentos” conforme a realidade, para introduzir mais pessoas adequadas para a competição, especialmente treinadores, a fim de promover o desporto de alta qualidade em Macau.

2. Agarrar as oportunidades das viagens culturais e turísticas, e reforçar o turismo cultural com características próprias. O mercado global do turismo recuperou estavelmente após a pandemia, e o turismo cultural, impulsionado por

eventos desportivos e espectáculos musicais, entre outros, está a tornar-se uma nova tendência. Nos últimos anos, o Governo da RAEM e as empresas têm realizado, com sucesso, diferentes eventos desportivos e, com base nisso, espera-se a realização de mais eventos de grande escala, o desenvolvimento da indústria do desporto e, em conjugação com as convenções e exposições e concertos, a criação de um ambiente festivo em Macau. É necessário um conteúdo diversificado de eventos que satisfaça as necessidades dos visitantes, para prolongar a sua estadia em Macau e promover o desenvolvimento do turismo comunitário e das actividades económicas relacionadas, assim como o crescimento das indústrias desportiva e cultural.

Macau está a implementar firmemente a estratégia de desenvolvimento diversificado da economia “1 + 4”, e o “turismo + desporto” é um importante impulso para a construção do centro mundial de turismo e lazer. Devemos aproveitar os eventos desportivos para promover o desenvolvimento da indústria desportiva de Macau e aproveitar a oportunidade dos próximos Jogos Asiáticos e dos Jogos Nacionais para melhorar os espaços desportivos e as instalações complementares, criando mais oportunidades e espaços para o desenvolvimento da indústria do turismo e do desporto de Macau, e uma boa imagem de Macau como cidade de turismo, cultura e desporto.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 08.08.2023

Execução por fases do Plano Experimental do Bairro de Peões da Rua da Felicidade e recolha contínua de opiniões para avaliar a sua eficácia

Segundo o Plano do Bairro de Peões da Rua da Felicidade divulgado pelo Governo, a zona pedonal será compreendida entre a Rua da Felicidade, a Travessa do Mastro, a Travessa do Aterro Novo, a Rua do Matapau e a Travessa de Hó Lo Quai, e o plano será implementado entre a parte da manhã e a parte da noite, e a circulação rodoviária será condicionada entre a parte da madrugada e a parte da manhã. O plano tem como núcleo a Rua da Felicidade, para explorar, expandir e integrar os recursos culturais das ruas envolventes, e fazer a ligação e a triagem com o núcleo turístico de áreas como a Avenida de Almeida Ribeiro, o Largo do Senado, o Largo de Santo Agostinho, entre outros locais circundantes com edifícios classificados, onde há sempre um maior fluxo de visitantes e residentes. Contudo, até ao momento, ainda não há detalhes sobre o plano, nem uma calendarização para a sua concretização. O IC afirmou que ia ouvir as opiniões de todas as partes interessadas e que, caso o plano se concretizasse no futuro, esperava reduzir ao mínimo o impacto para os moradores e comerciantes daquela zona, e maximizar os benefícios da revitalização.

Logo após a divulgação desse plano, recebi várias opiniões de moradores e lojistas daquela zona e, na quinta-feira, desloquei-me à Rua da Felicidade para me inteirar das opiniões dos lojistas sobre a zona pedonal. Embora a maioria não se oponha à criação de uma zona pedonal na Rua da Felicidade, mesmo aqueles cuja actividade se destina principalmente aos turistas concordam que, para evitar que a vida normal dos moradores e lojistas, a tomada e largada de passageiros e a carga ou o fluxo de pessoas sejam afectados, não se deve implementar, de imediato e de forma plena, a zona pedonal em grande escala, sugerindo que a sua implementação seja gradual, começando pelo mais fácil até ao mais difícil, e que se proceda a ajustamentos consoante a situação. Na primeira fase, o troço da Rua da Felicidade, compreendido entre a Travessa do Aterro Novo e a Travessa do Mastro, com uma distância de cerca de 90 metros, pode ser destinado exclusivamente para peões num determinado horário, e as restantes vias continuam abertas ao trânsito ou à tomada e largada de passageiros e carga.

Antes da implementação do plano, as autoridades devem coordenar também, de forma adequada, as horas de encerramento da zona pedonal e a abertura à circulação normal de veículos, tendo em conta a operação efectiva das lojas e os hábitos dos residentes. Com base nos dados dos Censos 2021, constantes do Sistema de Informação Geográfica, se a zona for encerrada de acordo com o plano inicial, 82 edifícios nas imediações serão afectados, envolvendo cerca de 1500 moradores, dos quais cerca de 180 são idosos com 65 anos ou mais. Houve quem

receasse o eventual impacto da zona pedonal na deslocação diária dos idosos, pelo que se propôs que fosse implementada a título experimental, primeiro, durante os fins-de-semana e feriados, nas horas de pico do fluxo de peões. A necessidade de alargar a zona pedonal seria determinada após uma avaliação pormenorizada da eficácia da zona e do seu impacto no tráfego.

A Avenida de Almeida Ribeiro é uma das principais vias de trânsito do centro da cidade, onde passam várias carreiras de autocarros, assim, o trânsito é intenso nos dias normais; e a concepção do trânsito das ruas circundantes dessa Avenida é antiga. As autoridades devem aproveitar esta oportunidade para reordenar as faixas de rodagem daquela zona, ajustar o sentido de circulação dos veículos nos cruzamentos que ligam as ruas e travessas da Avenida de Almeida Ribeiro, e desviar, dentro do possível, os veículos, com vista a aliviar o congestionamento da Avenida. Mais, muitos turistas apanham táxis para ir às zonas turísticas, como a Avenida de Almeida Ribeiro, o Largo do Senado, a Rua da Felicidade, etc. Devido à falta de praças de táxis e de zonas de tomada e largada de passageiros nessa zona, é frequente os táxis pararem repentinamente naquela Avenida para apanhar e largar passageiros, o que afecta o trânsito e também causa acidentes. Assim, as autoridades devem ponderar o aumento adequado de praças de táxis ou de zonas de tomada e largada de passageiros, com vista a proporcionar aos residentes e turistas pontos de espera seguros e confortáveis.

Assim, quanto à criação de uma zona pedonal na Rua da Felicidade, apresento as seguintes três sugestões:

1. Na primeira fase, o troço da Rua da Felicidade, com cerca de 90 metros de comprimento, entre a Travessa do Aterro Novo e a Travessa do Mastro, deve ser utilizado, a título experimental, para servir de zona pedonal nos feriados e à noite, devendo essa medida ser ajustada posteriormente, consoante a situação real da sua execução;

2. Aproveitar esta oportunidade para racionalizar tanto o traçado das vias internas a sul da Avenida de Almeida Ribeiro, criando pontos adequados para a tomada e largada de passageiros e de mercadorias, como o sentido da circulação automóvel, a fim de facilitar a deslocação dos cidadãos e turistas, e desviar o fluxo de veículos na Avenida de Almeida Ribeiro;

3. Para maximizar os efeitos do referido plano, espero que o Governo tome a iniciativa de recolher, de forma contínua, as opiniões dos diversos interessados, incluindo as dos residentes daquela zona, dos estabelecimentos comerciais situados nas áreas com moradores e turistas, e dos condutores, entre outros, para

(Tradução)

satisfazer, dentro do possível, as necessidades das diversas partes e reduzir os impactos negativos desse plano.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 08.08.2023

A construção naval é uma indústria tradicional com uma longa história em Macau. Os estaleiros de Lai Chi Vun foram classificados como a base de construção naval de madeira de maior dimensão preservada no Sul da China até hoje, testemunhando a história e a cultura da indústria naval de Macau. Actualmente, uma parte da zona de Lai Chi Vun encontra-se aberta ao público e visitantes, e a zona inclui exposições e feiras temáticas, e “workshops”, atraindo muitos residentes e turistas. No futuro, no que diz respeito à revitalização dos estaleiros navais de Lai Chi Vun, as autoridades devem reforçar a comunicação e a cooperação entre os diversos serviços, em conjugação com a cultura tradicional e a conservação da paisagem natural desses estaleiros navais, transformando Macau num novo cartão-de-visita turístico com valor histórico, cultural e educativo, e num novo ponto de destaque no Centro Mundial de Turismo e Lazer.

A revitalização dos Estaleiros Navais de Lai Chi Vun requer uma participação e cooperação conjuntas para surtir o seu efeito. Há que ponderar a qualidade do ambiente, as condições de turismo e as necessidades dos moradores dessa zona, para reforçar as instalações complementares de trânsito e aperfeiçoar as respectivas infra-estruturas, com o objectivo de, sob o pressuposto de não afectar o ambiente de vida dos residentes, aumentar o interesse dos turistas em explorar a zona, promovendo assim a revitalização e a optimização da Vila de Coloane. Mais, enquanto um dos representantes da tradição cultural de Macau, os Estaleiros Navais de Lai Chi Vun possuem enormes potencialidades para vitalizar o desenvolvimento de Coloane e impulsionar o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas. As autoridades podem ponderar criar uma área destinada a indústrias culturais e criativas nas proximidades dos Estaleiros, formando um efeito de agrupamento, com o objectivo de, em conjugação com as artes tradicionais daqueles Estaleiros e com o “design” moderno, criar uma atmosfera única das indústrias culturais e criativas, e aumentar a dinâmica económica e a diversidade cultural da zona em causa.

Mais, a Povoação de Lai Chi Vun é um bairro característico, resultante do “boom” da indústria de construção naval, e testemunhou a urbanização de Macau, a indústria de construção naval daquela época e a evolução da vida dos construtores. Nos últimos anos, várias cidades da Província de Guangdong, como Zhuhai e Zhongshan, têm reforçado a integração orgânica entre as aldeias históricas e as indústrias cultural e turística, transformando-as em destinos de turismo rural da Grande Baía, para atrair turistas. Isto impulsiona o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, e revitaliza as aldeias. Assim, aquando da criação da zona dos estaleiros de Lai Chi Vun, há que ter em conta o equilíbrio entre a manutenção da forma original da povoação e a revitalização do ambiente habitacional, e optimizar as instalações complementares, com vista à

revitalização e à criação dum ambiente característico, para os residentes e turistas sentirem o seu encanto e tradição, e diversificar a oferta turística. Há que oferecer visitas guiadas multilingues, para atrair mais turistas estrangeiros e permitir-lhes conhecer melhor a cultura local. Isto para transformar a zona dos estaleiros num foco e exemplo do desenvolvimento integrado entre o turismo e a cultura.

2023-08-08 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

A necessidade de reconhecer o assédio e a intimidação nos locais de trabalho não os confundindo como relações de trabalho e a necessidade de legislar e implementar um sistema efectivo de protecção dos trabalhadores nos locais de trabalho

Uma das notícias, que ultimamente causou um grande impacto nas redes sociais, teve a ver com o suicídio de uma senhora de elevada notoriedade pública (Key Opinion Leader) (KOL) que trabalhava para uma empresa com fins lucrativos e que foi bafejada com elevados subsídios do erário público provenientes do Fundo de Desenvolvimento da Cultura (FDC), sem antes da concessão se apurar a existência e o cumprimento de Códigos de Conduta Ético-Profissional. Tudo indica que a falecida tenha sido objecto de longos períodos de violência e de assédio no trabalho podendo envolver mais colegas de trabalho, familiares, pessoas amigas. Este caso, teve prejuízos de reputação não só para a empresa como o próprio FDC.

O nosso Gabinete de Atendimento aos Cidadãos tem estado a acompanhar duas queixas bastante semelhantes de assédio e intimidação nos locais de trabalho que causou efeitos psicológicos nas vítimas e seus familiares, ponderando-se neste momento a matéria factual para apresentação de queixas formais junto das autoridades policiais, uma vez que a DSAL tem estado a confundir estes abusos como meros actos de relações laborais. As vítimas queixaram-se de condutas inapropriadas verbais e físicas durante longos períodos criando sentimentos de mal-estar, humilhação, embaraço ou desconforto estando neste momento a ser acompanhadas por psicólogos.

Como referi, as vítimas quiseram queixar, mas as entidades oficiais não estão preparadas para aceitar este tipo de queixas por confundirem como sendo problemas de relações de trabalho e nem mesmo estão dispostas a investigar com profundidade este tipo de ataques pessoais. O resultado é as vítimas sentirem-se abandonadas e sem soluções para pôr fim a estes actos de violência.

Por isso, apelo ao Governo, para que transponha com urgência no ordenamento jurídico interno, as normas internacionais emanadas pela Organização Mundial do Trabalho (OIT) nomeadamente a Convenção n.º 190, sobre Violência e Assédio de 2019 e a Recomendação n.º 206 que a acompanha e que têm um papel importante e relevante na sensibilização, prevenção e punição de actos de violentos de assédio e de intimidação. Devem igualmente ser implementadas leis, regulamentos e códigos de conduta ético-profissional quer na função pública quer no sector privado e que se exijam a adopção de medidas efectivas e adequadas pelas entidades empregadoras para prevenir a intimidação e o assédio no mundo do trabalho.

Em especial, as entidades empregadoras quer da função pública quer da privada, devem adoptar e implementar, após consulta aos trabalhadores e às respectivas associações representativas, uma legislação especial em matéria prevenção e punição de actos de violência, assédio e intimidação.

Devem ser previstas com clareza que nunca podem ser toleradas os actos e condutas que permitam a existência de intimidação, violência e assédio nos locais de trabalho e criar um sistema efectivo, eficiente e credível contendo informações sobre procedimentos de denúncia e de investigação prevendo-se sempre que todas as comunicações internas e externas relacionadas com incidentes de violência e assédio sejam sempre levadas a sério e devidamente consideradas e tomadas as medidas adequadas.

Paralelamente devem ser desenvolvidas pesquisas e a recolha de dados sobre casos concretos ocorridos na RAEM para prevenir a ocorrência de casos semelhantes e eliminar a violência e o assédio nos locais de trabalho.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 08.08.2023

Pormenorizar o desenvolvimento da economia de feiras em prol do desenvolvimento urbano

Com a recuperação gradual da economia e do turismo, cada vez mais turistas vêm a Macau para visitar os pontos turísticos mais famosos, clássicos e representativos, como o Hotel Lisboa, as Ruínas de S. Paulo, e a Fortaleza da Guia, entre outros. Ao mesmo tempo, o Governo tem organizado várias actividades, incluindo mercados noturnos e feiras, na esperança de atrair mais turistas através das especialidades gastronómicas típicas, do artesanato, dos produtos culturais e criativos únicos, e dos espectáculos de música local, com vista a promover o desenvolvimento da economia comunitária local e das indústrias culturais e criativas.

As feiras são um novo modelo comercial que atrai muitas pessoas e estão na moda. Têm vantagens comerciais únicas, como rendas baixas e alta tolerância às falhas, e não servem apenas para as primeiras tentativas de jovens empreendedores com ideias, também lhes proporcionam novos rumos e caminhos para o emprego; e com a adesão da nova geração de empreendedores, estão a transformar-se em incubadoras de novas oportunidades de negócio. Estamos sempre a encontrar nas feiras produtos culturais e criativos como o "Perfume de Macau", as placas para decoração com nomes das ruas de Macau e até joalheria artesanal, o que demonstra a prosperidade da economia de feiras e das indústrias culturais e criativas de Macau.

A cultura é a alma e a marca distintiva de qualquer cidade. Macau tem preservado a essência histórica do intercâmbio cultural de mais de 400 anos entre a China e o Ocidente, e o multiculturalismo que aqui se formou é fruto do intercâmbio, da complementaridade e da coexistência das culturas chinesa e ocidental. Os produtos culturais e criativos lançados pelos empreendedores da nova geração ligam as culturas chinesa e portuguesa à economia, o que permite a transmissão da nossa cultura única e também o desenvolvimento da economia através da sua comercialização. A participação nas feiras de Macau é decidida por sorteio, mas, depois da selecção, alguns comerciantes “compram produtos *online* e revendem-nos a preços elevados”. Por isso, proponho que seja reservada uma maior percentagem das bancas para os excelentes criativos locais, e que seja dada prioridade aos que promovem produtos originais e característicos de Macau, para os incentivar e lhes dar mais oportunidades de expansão para o exterior, elevar o seu entusiasmo criativo, e promover e estender a influência da cultura multicultural de Macau na nova geração. Desta forma, mais turistas podem ter contacto com, conhecer e comprar produtos culturais e criativos característicos de Macau, o que

contribuirá para impulsionar o desenvolvimento e a prosperidade do turismo e das indústrias culturais e criativas locais.

As feiras têm-se desenvolvido rapidamente e são cada vez mais populares, e, com certeza, vão desenvolver-se de forma sofisticada, com qualidade e com características próprias. Neste sentido, as feiras de Macau têm de deixar de ser locais onde os visitantes apenas podem “comer, beber e divertir-se”, devem antes apresentar conteúdo único que se articule com o posicionamento da cidade, com a fusão das culturas chinesa e portuguesa e com o futuro desenvolvimento de Macau, pois só assim é que vão continuar a florescer e será possível reavivar a prosperidade dos mercados de Macau.

**IAOD dos Deputados Wu Chou Kit, Chan Hou Seng, Cheong Kin Chong
em 08.08.2023**

Promover o encanto cultural de Macau com do “Arte Macau” e construir uma base de intercâmbio e cooperação cultural entre a China e o Ocidente

Este ano comemora-se o quarto aniversário das “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, as quais atribuem a Macau o objectivo de criar uma “base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como predominante, promova a coexistência de diversas culturas”. Nos últimos quatro anos, o Governo tem promovido activamente a construção de “Uma Base”, e o evento “Arte Macau”, que é uma das medidas para o efeito e um evento cultural e artístico de grande escala e de nível internacional, teve oficialmente início no passado dia 28 de Julho. Enquanto nova edição cultural e artística pós-epidemia, o “Arte Macau” conta com uma participação massiva de 30 exposições de arte espalhadas por toda a Macau e, através deste grande festival artístico e cultural, é possível melhorar a experiência do turismo cultural e o público pode sentir o intercâmbio cultural diversificado de Macau.

O Governo definiu o posicionamento do desenvolvimento das indústrias “1 + 4” para promover a diversificação adequada. Como o turismo cultural é uma força motriz importante e uma vantagem para o desenvolvimento a longo prazo de Macau, convém reforçar a construção de uma base de intercâmbio e cooperação cultural entre a China e o exterior, a fim de desenvolver melhor o verdadeiro valor de “Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base”. Assim, entendemos que:

1. É necessário enriquecer o conteúdo da base de intercâmbio e cooperação cultural. Sugere-se que sejam aproveitadas as condições vantajosas de Macau, como a abundância de estabelecimentos de convenções e exposições e os serviços mais desenvolvidos, para organizar, de forma regular, intercâmbios culturais a nível regional, nacional e internacional, e que se recorra aos festivais culturais e artísticos, por exemplo, ao “Arte Macau”, para promover a divulgação internacionalmente e a prosperidade cultural, contribuindo-se para a construção da referida base de intercâmbio e cooperação cultural e para o aprofundamento de intercâmbios da cultura chinesa e da multiculturalidade de Macau, destacando-se o papel de Macau na aprendizagem mútua das civilizações. Isto será benéfico para melhorar a experiência ao nível do turismo cultural local, desenvolver as funções importantes de plataforma de divulgação das ideias do País e de base de intercâmbio da cultura chinesa, e contar bem a história da China e as experiências de sucesso na implementação do princípio “Um País, Dois Sistemas”, reforçando-se assim o direito de falar do País ao nível internacional.

2. Elevar o nível de desenvolvimento da indústria cultural e turística moderna. Para acelerar o desenvolvimento desta indústria, sugere-se ao Governo e às instituições académicas que explorem, em conjunto, a essência da história e da cultura de Macau, e que se empenhem na promoção do turismo cultural, elevando a qualidade e a eficiência. Por exemplo, pode promover-se ainda mais o desenvolvimento integrado da “cultura + turismo”, reforçar a protecção do Centro Histórico de Macau e a passagem do património cultural intangível, aperfeiçoar o plano de cooperação e desenvolvimento com a Cidade Proibida e procurar a vinda para Macau de colecções nacionais valiosas; pode ainda acelerar-se a promoção da Fábrica de Panchões Iec Long, revitalizar os estaleiros navais de Lai Chi Vun e continuar a promover a divulgação das ruínas industriais. Além disso, aproveitando a recuperação da economia e turismo no período pós-epidemia, pode também reforçar-se a promoção do património cultural intangível, e realizar-se actividades promocionais e experimentais de grande escala, com vista a permitir aos turistas experienciarem, de uma só vez, vários elementos do património cultural intangível, promovendo-se, assim, o desenvolvimento integrado do turismo cultural.

Macau conta com o forte apoio da Pátria e tem vantagens evidentes na ligação ao mundo. A modernização ao estilo chinês é uma grande tendência de desenvolvimento, por isso, espera-se que todos os sectores da sociedade se unam, aproveitem as oportunidades históricas, e desenvolvam plenamente as vantagens institucionais do princípio “um País, dois sistemas” e as vantagens específicas da indústria do turismo cultural, com vista a construir uma base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como predominante, promova a coexistência de diversas culturas e o desenvolvimento da diversificação adequada da economia.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 08.08.2023

Promover medidas mistas de incentivo à natalidade para contribuir para o desenvolvimento demográfico equilibrado, a longo prazo

Segundo os dados de Macau, desde 2014, a taxa de natalidade não aumentou em mais de 8 anos consecutivos, e eu tenho vindo a abordar este tema ao longo destes anos. No ano passado, esta taxa caiu para o nível mais baixo de sempre, o que despertou a atenção de toda a sociedade, mas a tendência de descida não diminuiu. Segundo os dados mais recentes, no primeiro trimestre deste ano, registaram-se apenas 987 nados-vivos, menos 154 em termos trimestrais, mas menos 191 em termos anuais.

De facto, os efeitos negativos da queda da taxa de natalidade são cada vez mais evidentes, por exemplo, nos últimos anos, a sobrevivência das escolas, a falta de alunos nas creches e nas escolas, e o problema dos postos de trabalho dos docentes, dos cuidadores e dos funcionários. Com o passar do tempo, os problemas a surgir no futuro vão ser cada vez mais complexos, por exemplo, a insuficiência de mão-de-obra afecta o desenvolvimento económico e industrial, e o aumento da proporção do sustento dos idosos aumenta a procura de cuidados domiciliários e os custos, entre outros. Tudo isto tem grande impacto para o desenvolvimento social a longo prazo, por isso, é necessário e urgente acelerar a implementação de políticas de incentivo à natalidade e demográficas a longo prazo.

O Governo tem promovido várias políticas e medidas de apoio à natalidade, mas, tendo em conta a taxa de natalidade referida, os seus efeitos são manifestamente limitados. Mais, no passado, alguns estudos apontaram que o excesso de trabalho, os problemas com a educação, as elevadas despesas com a criação dos filhos e a falta de espaço habitacional são também os principais factores que afectam a vontade de procriar das mulheres em Macau, por isso, toda a sociedade tem de ponderar sobre as formas de aumento dessa vontade. Tomando como referência as diferentes medidas adoptadas pelas diferentes províncias e cidades do meu País, e por outros países e regiões, todos eles implementaram medidas de redução e isenção fiscais, optimizaram as condições habitacionais, e atribuíram subsídios pecuniários e dias de férias para incentivar a procriação. Estas medidas podem elevar a vontade de procriar e, ao mesmo tempo, são adequadas à realidade socioeconómica de Macau, por isso a sociedade deve pensar nisso. Na última sessão plenária da Assembleia Legislativa, os três deputados do sector industrial, comercial e financeiro apresentaram boas sugestões, o que demonstra que existe consenso no seio da sociedade quanto às políticas de incentivo à natalidade.

Pelo exposto, espero que os serviços competentes continuem a aplicar o método de “dar prevalência às leis e apoiar os residentes através de subsídios”, implementando um subsídio complementar à remuneração paga na licença de maternidade, assim como a reforçar o apoio às empresas, para que disponibilizem às famílias dos seus trabalhadores outras medidas favoráveis, pois o Governo deve ponderar os encargos das PME, mas, ao mesmo tempo, há que construir relações laborais harmoniosas, com vista a construir, em conjunto, uma sociedade favorável à procriação.

Tendo em conta as respectivas tendências, proponho ao Governo que defina, quanto antes, um novo plano de política demográfica de médio e longo prazo. Quanto às políticas relativas a natalidade, dimensão demográfica, mão-de-obra e quadros qualificados, etc., deve-se criar um planeamento de nível elevado e um mecanismo de avaliação periódica que se articulem entre si, para referência das acções governativas dos diversos serviços públicos, na execução das Linhas de Acção Governativa. Ao mesmo tempo, o Governo deve colocar a “política de incentivo à natalidade” na ordem do dia, exigindo aos serviços competentes que iniciem, quanto antes, a sua discussão. Deve-se rever ou alterar a “Lei de Bases da Política Familiar”, para servir de orientação para as futuras acções governativas dos diversos serviços públicos e também, por exemplo, através da revisão da “Lei das Relações de Trabalho”, promover a implementação de medidas favoráveis à família, como, licença parental, horas de amamentação, etc., ajudando os trabalhadores a cuidarem dela melhor. Deve-se ajudar as famílias a melhorarem a sua qualidade de habitação e de vida com apoios económicos, como um subsídio pelos filhos, uma política de habitação mais favorável e um aumento progressivo do subsídio de nascimento. Quanto ao ambiente de procriação, deve implementar-se, quanto antes, o projecto-piloto do subsídio complementar à procriação e incluir o rastreio das doenças genéticas especiais no programa de exame pré-natal, para reduzir o risco de doenças raras e hereditárias no feto, etc. Assim, é necessário apoiar, em vários aspectos, as famílias na construção dos seus lares, com uma combinação de políticas nas áreas da economia, saúde, habitação e cuidados, em conjunto com os esforços de toda a sociedade.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 08.08.2023

Apelo ao Governo e às concessionárias do jogo para aumentarem os salários, de modo a incentivar todos os sectores a fazerem o mesmo

Com o relaxamento das restrições nas fronteiras, o número de turistas bateu novos recordes, e as receitas do jogo estão a crescer, portanto, tudo indica que a economia está a recuperar. Entretanto, nos últimos três anos, muitos salários não foram actualizados, mas os preços dos produtos e as taxas de juro continuaram a aumentar, agravando a pressão da população. Espero que o Governo adopte medidas para reduzir os preços e que estude a implementação de medidas de apoio à população. Na recente reunião da Concertação Social, o Governo propôs o aumento do salário mínimo, acredito que este ajustamento vai contribuir para melhorar o nível de vida dos trabalhadores das camadas de base, mas espero que sejam tomadas medidas para promover o aumento salarial de todos os trabalhadores. Tendo em conta que o ajustamento dos salários quer na função pública quer nas concessionárias do jogo é a principal referência para a sociedade, espero que, ao ponderar sobre esta questão, o Governo e as grandes empresas, como as concessionárias do jogo, acompanhem a inflação dos últimos três anos e auscultem as opiniões da sociedade, particularmente dos funcionários públicos, e ajustem, atempadamente, os salários, para incentivar as empresas de outros sectores a seguirem o mesmo caminho, dinamizar o mercado interno, e apoiar a população quer no combate à inflação quer na partilha dos frutos da recuperação económica.

Devido à pandemia dos últimos três anos, os serviços públicos reduziram as despesas e os funcionários ainda tiveram de apoiar os trabalhos anti-epidemia, portanto, o volume de trabalho aumentou bastante, mas, mesmo assim, compreenderam a situação e colaboraram com o congelamento de salários. As concessionárias do jogo, para reduzirem despesas, congelaram salários, implementaram as licenças sem vencimento, o adiantamento de férias e a transferência interna de pessoal, e obtiveram a colaboração dos trabalhadores, para ultrapassarem, em conjunto, tempos difíceis. Ao mesmo tempo, diversos sectores entraram em fase de ajustamento, com o nível dos salários e do salário inicial a diminuir. Muitos residentes, especialmente os recém-graduados, sentiram que voltaram ao passado, com salários muito baixos e ajustamentos que não permitem acompanhar o ritmo da subida dos preços, reduzindo significativamente o seu poder de compra e obrigando à cautela no consumo. É de notar que entre 2020 e 2022 o consumo privado baixou para os níveis de 2015 e 2016, evidenciando um enfraquecimento da procura interna.

Desde o início do ano que tem diminuído o fosso das receitas do jogo, desde o período pré-pandemia até agora, e estas registaram um crescimento estável nos

primeiros sete meses do ano, a taxa de ocupação hoteleira atingiu 90% durante as férias de Verão, e no primeiro trimestre o PIB registou um aumento de 40% em termos anuais. Os sectores do jogo e do turismo perderam muitos trabalhadores durante a epidemia, e com a recuperação económica pós-epidemia registou-se um aumento significativo do volume de trabalho, que permitiu que os trabalhadores ainda conseguissem manter-se nos seus postos de trabalho e tivessem mesmo de recorrer ao trabalho extraordinário, o que reduz o tempo de descanso e acarreta grande pressão psicológica. No entanto, os diversos sectores continuam expectantes em relação aos aumentos salariais.

É de salientar que, segundo o “Inquérito ao Emprego”, entre Abril e Junho de 2023, a população empregada incluía 361 400 pessoas e cerca de 30% da população activa é composta por 93000 trabalhadores dos sectores do jogo e hotelaria e 34 000 trabalhadores da função pública. Se o Governo e as concessionárias do jogo decidirem aumentar os salários, vão contribuir para elevar o moral e também para elevar os salários nos restantes sectores.

Na sessão de perguntas e respostas em Abril, o Chefe do Executivo afirmou que já tinha iniciado um estudo sobre a actualização dos salários, aquando do relaxamento das medidas de prevenção da epidemia. Estamos actualmente perante um ciclo de aumento das taxas de juro e uma contínua subida dos preços dos produtos, portanto, espero que o Governo e as concessionárias do jogo, enquanto principais empregadores, divulguem, quanto antes, a notícia dos aumentos salariais, para as empresas dos outros sectores acompanharem a onda e se acalmar o coração da população.